



## O APAGÃO DA ELETRO IRRESPONSABILIDADE

Avisamos. O setor elétrico de um país do tamanho e com as características do Brasil não pode ficar totalmente entregue à lógica do lucro.

Nenhum país sério entrega seu sistema elétrico, vital para o funcionamento de qualquer sociedade moderna, inteiramente ao setor privado. Tanto é assim, que as principais economias do mundo que trilharam o caminho da privatização nos 90 estão trilhando o caminho de volta.

O apagão que deixou a maior parte do país sem energia por várias horas na última quarta-feira, além de parar fábricas, comércios, cancelar aulas, causar caos no trânsito, deixar pessoas presas em metrô e elevadores, deu uma pequena mostra do que está por vir.

Praticamente **TODO** o setor elétrico brasileiro está entregue à iniciativa privada. As geradoras são quase todas privadas, as transmissoras e distribuidoras também, a ANEEL é totalmente composta por membros indicados pelo governo anterior e até o ONS, órgão responsável pelo despacho de toda a energia do país é privado.

Porém, quando houve o colapso do sistema, quem foi chamado a se posicionar foi o Ministro de Estado de Minas e Energia. A mídia e os cidadãos prejudicados cobraram explicações do Governo federal, não dos presidentes das empresas privadas.

Ou seja, a exploração do setor elétrico e os benefícios dela advindos são totalmente privados, mas a responsabilidade é do Estado. Aliás, a própria constituição federal prevê que o responsável pela operação do setor elétrico é o Governo Federal.

A verdade é que a única coisa que o Ministro pôde fazer nessa hora foi pedir informações. Ou seja, no que se refere ao setor elétrico brasileiro, há um governo que não governa.

Já se sabe que a falha que desencadeou o apagão ocorreu em uma linha de transmissão da Eletrobras / CHESF, no Ceará.

Era previsível que falhas como essa poderiam ocorrer. Aliás, o CNE vem alertando há anos que o sucateamento, o desmonte e o processo desenfreado de demissões e sobrecarga de trabalho teriam consequências na confiabilidade das instalações.

Antes mesmo da posse do presidente Lula, o gabinete de transição já havia solicitado à direção da Eletrobras que passasse o processo de demissões. A direção da empresa, porém desconsiderou solenemente e demitiu 2.500 profissionais altamente experimentados, sem que houvesse nenhum processo de transferência de conhecimento.

Durante todo esse ano temos acompanhado a degradação das condições de trabalho nas nossas empresas. Cada vez menos trabalhadores, com cada vez mais serviço em um ambiente cada vez pior, cheio de insegurança, ameaças e perseguições.

No dia 20 de julho, o Ministro em exercício das Minas e Energia enviou ofício à Eletrobras solicitando a

suspensão do PDV e o cronograma de desligamentos, visando a segurança operacional dessa empresa, que é responsável pela espinha dorsal do sistema Elétrico brasileiro.

A direção da Eletrobras teve a petulância de ignorar solenemente uma solicitação do próprio poder concedente, em nome do qual ela atua. Até hoje, nem sequer respondeu ao ofício. A partir desse momento a direção da Eletrobras assumiu completamente toda responsabilidade sobre fatos derivados de sua irresponsabilidade no trato da parte que lhe cabe no Sistema Interligado Nacional.

É verdade que a falha ocorrida na linha da CHESF não seria capaz de, isoladamente, levar a um apagão das proporções do blecaute do dia 15. Mas também é verdade que as principais instalações, seja em termos de subestações ou de hidrelétricas, que seriam as responsáveis por isolar a falha e amortecer as oscilações derivadas dela, são também de responsabilidade da Eletrobras.

Muito tem-se dito que a responsabilidade pelo apagão é do ONS. Pode ser que o Operador Nacional do Sistema tenha sim sua parcela de culpa no evento, seja pela demora em apontar as causas ou mesmo por falha no despacho. Porém, o ONS é uma entidade privada, na qual, a Eletrobras, aliás é o agente com maior representação. Mesmo sendo um ente privado, o governo federal, através da Eletrobras estatal, sempre teve grande influência sobre o ONS. Com a privatização da empresa, na prática, “privatizou-se” ainda mais o ONS e hoje o governo só consegue indicar um dos catorze membros do conselho de administração daquele órgão.

O Brasil é conhecido como o país que só coloca fechadura na porta depois da visita do ladrão. Não faltaram avisos do Coletivo Nacional dos Eletricistas, de que a privatização total do setor elétrico brasileiro levaria, inevitavelmente, a tarifas mais caras e a apagões. Em 2021 dizíamos que a Medida Provisória de privatização da Eletrobras era a “MP do Apagão”.

Não se poderia esperar outra coisa quando se entrega o principal agente do setor elétrico brasileiro ao mesmo grupo econômico que deu causa a maior fraude contábil da história do Brasil. Esse pessoal entende de ganhar dinheiro, não de produzir energia com confiabilidade e modicidade.

Que esse triste episódio do dia 15 tenha servido, ao menos, de alerta para a sociedade, para o governo e para o STF no sentido do julgamento da ADI 7385.

Não se pode simplesmente entregar todo o setor elétrico de um país a grupos econômicos que visam apenas o lucro e esperar que isso não tenha consequências.

O CNE espera que esse apagão tenha sido apenas isso, um alerta. Energia elétrica é assim mesmo, é tão importante que só lembramos dela quando falta.